



29

Reunião ordinária pública

Data: 2023-07-11

Início: 09.36 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

Termo: 10.35 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

BALANCETE -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA PARA O ANO DE 2022 (3644/ENTE/DAJA/2023 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE: -----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (51/PPRC/PR/2023)-----

N.º 03 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, IP E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (3589/ENTE/DAJA/2023 - 5/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 04 – PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR) - PONTO DA SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO NO MÉDIO TEJO (52/PPRC/PR/2023) -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----




30

N.º 05 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA – isenção de tarifas (185/PGEN/DOM/2023 - 3/PQEST/DOM/2013)-----

N.º 06 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Comissão da Festa dos Tabuleiros (3622/ENTE/DAJA/2023)-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 07 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Asseiceira (28/PUBO/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) -----

N.º 08 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Leonel José Oliveira Fernandes/AK-Aktive Kompanies, Lda (3709/ENTE/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) ----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação de Melhoramentos Recreio e Cultura de Roda Pequena (30/PUBO/DAJA/2023 - 1/DIVPRO/DAJA/2023) -----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 10 – ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO E RECREIO INSTALADOS NO JARDIM DE INFÂNCIA RAUL LOPES (6/PPRC/DEISA/2023)-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 11 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DE FRAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA DO ALECRIM, N.º 15– Rui Miguel Rodrigues Pires (299/ECER/DGT/2023 - 529/DIVER/DGT/2023)-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 12 – RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL SITO NA RUA MAJOR FERREIRA DO AMARAL, N.º 3 (2685/ENTE/DAJA/2023)-----

EXPEDIENTE: -----

N.º 13 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Instituto Politécnico de Tomar (3736/ENTE/DAJA/2023 - 15/DIVER/PR/2013) -----

Sendo nove horas e trinta e seis minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e, na ausência de inscrições para o período de atendimento do público, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido aprovado o seguinte voto de louvor e proferidas as seguintes intervenções: -----

ASSUNTO: FESTA DOS TABULEIROS 2023-----

Deliberação tomada em minuta: -----

Reconhecida como património cultural imaterial nacional, a Festa dos Tabuleiros é um ícone para o mundo inteiro potenciadora das belezas de Tomar e da capacidade empreendedora dos



Tomarenses. -----

A edição de 2023 não foi exceção, aliando ao empenho, criatividade, paixão e esforço extraordinário da população do concelho uma grande projeção mediática para reforçar a sua dimensão e lustre, e a tornar, mais uma vez, inesquecível.-----

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Tomar delibera, por unanimidade, conceder um voto de louvor a todos os Tomarenses pela realização desta grande Festa que, mais uma vez, nos engrandeceu e ajudou a alicerçar ainda mais o seu valor patrimonial. -----

Mais delibera reconhecer e agradecer a colaboração das instituições, entidades e serviços, a dedicação e o trabalho das Freguesias, dos funcionários do Município e de todos aqueles que contribuíram, meses a fio, de forma mais ou menos visível, para a sua concretização, bem como testemunhar o seu agradecimento a todos quantos visitaram Tomar nesta ocasião. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes pediu informação atualizada sobre o processo do Skate Parque; sobre a elaboração do regulamento dos benefícios fiscais, cuja proposta foi aprovada há mais de um ano e meio, sendo que, na reunião de dois de maio, a Sra. Presidente deu nota que a parte técnica estaria elaborada, e poderia ser partilhada, e que se previa que fosse submetido à Assembleia Municipal na sessão de setembro; e sobre as habitações em Valbom, dado que, desde agosto do ano passado, não tiveram conhecimento de qualquer evolução. ----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o projeto de execução do Skate Parque foi entregue há cerca de um mês, e foi enviado à IP Património; a entidade foi acompanhando o processo e conhece o projeto base, mas ficou acordado que o projeto final lhe seria enviado, para validação pelos seus técnicos, o que se aguarda; ao mesmo tempo, os serviços começaram de imediato a trabalhar para poder lançar o procedimento de contratação da empreitada assim que for possível; logo que validado, o projeto será enviado a este órgão, para conhecimento, assim como o protocolo definitivo com a entidade, já em função desse projeto definitivo. Sobre as habitações em Valbom referiu que foi apresentada uma reclamação no âmbito do procedimento de contratação, que está a ser objeto de análise jurídica. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que têm ocorrido reuniões com a área jurídica sobre o regulamento de benefícios fiscais, mas, de momento, não pode confirmar que esteja em condições de ser remetido para aprovação, sendo certo que o mais provável é que a votação na Assembleia Municipal venha a ter lugar na sessão de novembro, ao mesmo tempo que as Grandes Opções do Pano e Orçamento para o próximo ano e as propostas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e à Derrama. -----



32

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que ficou um pouco confuso com a informação agora prestada sobre o projeto do Skate Parque tendo em conta que, em maio, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota que o projeto tinha sido entregue em fevereiro ou março; gostaria de perceber qual é a informação que corresponde à verdade, tendo até em conta que o contrato de aquisição do projeto foi assinado a treze de dezembro, com prazo de execução de sessenta dias. Perguntou qual é a situação da obra em curso na envolvente da Biblioteca Municipal e qual é a expectativa em relação à sua conclusão, tendo em conta que, em maio, havia a expectativa de ficar concluída a tempo da Festa dos Tabuleiros, mas isso não aconteceu e, dois meses depois, parece parada. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, na altura, também deu nota que havia elementos do projeto do Skate Parque que não agradaram aos técnicos, dado que podiam causar uma menor capacidade de execução da empreitada, ou colocar dúvidas a quem venha a ser contratado para o efeito, nomeadamente nas especialidades da drenagem, eletricidade e, em particular, nas questões estruturais dos elementos/obstáculos para a prática da modalidade, tendo sido solicitado ao projetista a clarificação/correção necessária; o projeto final foi agora entregue e já foi considerado tecnicamente correto pelos serviços municipais. Referiu que a obra na envolvente da Biblioteca Municipal não está parada, mas os trabalhos continuam a ter um ritmo diminuto, normalmente com dois ou três trabalhadores no espaço da obra, sendo certo que são trabalhos minuciosos, de colocação de algumas superfícies; têm manifestado junto da empresa o desagrado pela forma como está a conduzir a obra, mas seria muito pior se não a deixassem terminar os trabalhos, e vão aguardar. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão estranhou que a primeira versão do projeto do Skate Parque tenha sido entregue em dois meses e as correções tenham demorado quatro meses. Insistiu na questão da expectativa de conclusão da obra na envolvente da Biblioteca porque, neste rimo, parece que vai demorar a acontecer, questionando também sobre a situação formal do contrato da empreitada, nomeadamente se foi aprovada nova prorrogação do prazo. Referiu que a concessão de uso do quiosque da Várzea Grande foi contratualizada sem casas de banho, mas terá havido acordo para a sua colocação, e já foram colocadas; havia a expectativa que viesse a funcionar a tempo da Festa dos Tabuleiros, mas tal não aconteceu, e gostaria de perceber o que é que falta e se o equipamento vai funcionar ainda este verão. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a prorrogação da obra da envolvente à Biblioteca foi negada à empresa, pelo que está em incumprimento desde que o prazo terminou; o que querem é que a obra seja concluída o quanto antes e, com os recursos



9.
33

humanos suficientes, seria rápido executar o que falta, mas não há forma de obrigar a empresa a fazer isso, sendo certo que, após a conclusão da obra, poderão ser aplicadas as coimas previstas, em função do número de dias de atraso. Referiu que as casas de banho do quiosque da Várzea Grande foram colocadas há cerca de duas semanas e o concessionário ainda tentou abrir a tempo da Festa dos Tabuleiros, mas não conseguiu que a E-Redes fizesse a ligação a tempo. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco retomou a questão do regulamento dos benefícios fiscais, questionando até que ponto será razoável a solução referida pela Sra. Presidente, e se foi tida em conta a possibilidade de a Assembleia Municipal vir a introduzir alguma correção à proposta da Câmara, ou eventualmente ocorrer alguma não aprovação, porque poderá colidir com os prazos que têm para comunicar as diferentes taxas à Autoridade Tributária. Referiu que envergonha a todos, e coletivamente, existirem passadeiras com buracos a aguardar reparação, e outras remendadas com alcatrão; não encontra justificação plausível para a situação porque, na falta de calceteiro, qualquer funcionário minimamente especializado conseguia repor os pavimentos e dar-lhes uma aparência decente, porque, como está, não é bom para a imagem de uma cidade, ainda mais se está vocacionada para o turismo, em especial no contexto da Festa. Realçou que, nesta fase de avaliação da Festa dos Tabuleiros, e de preparação da próxima edição, valeria a pena, ao nível dos serviços municipais e das demais entidades com intervenção no evento, produzir relatórios e documentos escritos de avaliação das respetivas prestações para, no futuro, avivar a memória sobre eventuais situações que tenham corrido menos bem, para além da necessária prestação de contas e avaliação das perspetivas de futuro. -----

Em resposta, a Sra. Presidente realçou que não vê qualquer problema na solução que indicou para o regulamento dos benefícios fiscais porque pode haver articulação para que, na fase de discussão pública, haja introdução das eventuais propostas que a Assembleia Municipal entenda adequadas e que tenham enquadramento jurídico, e pretendem fazer esse trabalho prévio; não podem garantir que todos os grupos municipais vão participar e não venham depois a alterar a proposta que vier a ser apresentada, mas acreditam que todos serão responsáveis e quererão que as coisas corram bem. Realçou que, na organização da Festa dos Tabuleiros, só o respetivo plano de segurança e socorro é responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal e, após cada edição, há um briefing sobre a forma como decorreu e são elaborados relatórios, que são também o ponto de partida na primeira reunião da edição seguinte; as outras questões, estão sempre muito dependentes do número de ruas que vão ser



ornamentadas e quanto maior for a antecedência da informação, e a definição da repartição de responsabilidades entre a Câmara e a Comissão Central, melhor será o planeamento, em especial em termos de iluminação e fornecimento de energia elétrica; agora, todos precisam de descansar, mas, logo que possível, a análise será feita e passada a escrito. -----

Em complemento, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o Departamento de Obras Municipais, que é o músculo da parte mais operacional da Festa, tem o levantamento das questões que podiam acontecer de outra forma, para memória futura dos serviços e da Comissão Central, sendo certo que há contratos a fazer e questões que exigem muita antecedência, e as coisas têm que ser cada vez mais profissionais. Sublinhou que, ao longo dos últimos meses, os serviços municipais estão a trabalhar quase em exclusivo para a organização deste evento; nas escolas, para o Cortejo dos Rapazes e para a ornamentação das ruas; na Financeira, foram realizados, entre outros, cerca de setenta contratos de ligação de energia, com carácter eventual; o Departamento de Obras Municipais precisa de preparar/reparar/pintar/executar previamente milhares de peças que depois são montadas, e desmontadas, na cidade, para além de assegurar transportes diversos; os serviços municipais trabalharam muito e é justo que a participação dos trabalhadores, com imensa disponibilidade, seja destacada; foram muitas horas de trabalho, muito para além do horário normal, e não será exagero dizer que grande parte dos trabalhadores estão esgotados, com as consequentes implicações na execução de outras tarefas que estão sob a sua responsabilidade, nomeadamente nas áreas mais operacionais. A propósito das passadeiras, referiu que só há um calceteiro em funções e, mesmo que tentassem recorrer a outros serviços, todos sem exceção trabalham, há muitos meses, para a Festa e têm tarefas que foram ficando em segundo plano; vai ser necessário algum tempo para recuperar a normalidade nas tarefas habituais, até porque, para além do muito trabalho a fazer para desmontagem dos elementos instalados, é preciso assegurar o gozo de férias e as compensações que são devidas por muitas horas feitas a mais. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco frisou que o estado das passadeiras tem anos e só tem relevância no âmbito da Festa dos Tabuleiros na medida em que Tomar acolheu muitos visitantes e não lhe parece digna a forma como a questão foi resolvida; há muito que se fala em substituição, mas, até que aconteça, tem que haver manutenção regular, e, apesar de se perceber que os serviços tenham sido orientados para as tarefas inerentes à Festa, este tipo de ação devia ser contemplado. Pediu informação atualizada sobre o Centro Interpretativo da Festa dos Tabuleiros. -----



35

Em resposta, a Sra. Presidente realçou que muitas passadeiras foram rebaixadas e substituídas por passadeiras pintadas em alcatrão, e é um trabalho que se pretende continuar, conforme está planeado, mas, este ano, ainda não houve oportunidade para isso, e é provável que não vá haver. -----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que estão a trabalhar, em particular com o Instituto Politécnico de Tomar, no conteúdo a disponibilizar no Centro Interpretativo da Festa dos Tabuleiros; sentem que o espaço da Vieira Guimarães poderá ser diminuto para o efeito e terão que, em conjunto, refletir e avaliar qual será o melhor local para o instalar. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco defendeu que que o espaço deve ser pensado também numa perspetiva didática, de acolhimento às escolas e excursionistas, permitindo que assistam ao trabalho dos artesãos das diversas artes ligadas à Festa, e deve ser tida em conta a questão do estacionamento. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão manifestou-se incomodado com a situação de inatividade do quiosque da Várzea Grande, concessionado em definitivo por deliberação de dez de maio de dois mil e vinte um; as informações que têm vindo a obter nas reuniões da Câmara Municipal, em resposta às questões que têm colocado, carecem de melhor explicação, e de enquadramento legal, em particular no que se refere à inclusão de casas de banho, não previstas no procedimento, e ao cumprimento das obrigações financeiras por parte do concessionário, e, para a devida avaliação, **requerem** a disponibilização de todo o processo. --

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dez de julho de dois mil e vinte e três, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e doze euros e vinte seis cêntimos (3.485.912,26€) em Operações Orçamentais, e trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta euros e setenta cêntimos (347.270,70€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA PARA O ANO DE 2022 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal




36

proposta de prorrogação do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Asseiceira para o ano de 2022, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a prorrogação do referido contrato interadministrativo de delegação de competências até ao dia 31 de dezembro de 2023, pelos motivos apresentados pela Junta de Freguesia. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Aquando da aprovação deste Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Asseiceira, em dezembro de 2022, os Vereadores do Partido Social Democrata alertaram que não só não fazia sentido a apresentação destes contratos no final do ano como não seria possível a sua execução até ao final do ano. -----

Mais uma vez, percebemos nesta reunião de Câmara que as informações prestadas pela Presidente da Câmara Municipal sobre a execução da obra e pagamentos não correspondem à verdade o que levou à necessidade desta adenda. -----

Além disso, este processo não se faz acompanhar de documentação explicativa da impossibilidade da conclusão da obra no respetivo ano. Em dezembro de 2022, foi apresentado um requerimento pelos Vereadores do PSD solicitando, entre outras, o contrato de cedência da escola primária à Junta de Freguesia de Asseiceira, caderno de encargos da obra a realizar, licenciamento do projeto, entre outros. À data, mais de seis meses depois, não obtivemos resposta. -----

Agora, vem novo pedido de prorrogação para estas obra, levando o prazo de conclusão para 31 de dezembro de 2023, ou seja, na melhor das hipóteses, o contrato interadministrativo referente a 2022 será concluído apenas 1 ano depois o que nos parece a nós que desvirtua o princípio da boa execução destes contratos. -----

Ficam também as dúvidas sobre o ponto de situação da execução da obra, pagamentos já efetuados e sobre a possível necessidade de novo cabimento para o ano de 2023. -----

Não estando em causa os projetos ao abrigo deste Contrato Interadministrativo, mas sim a forma como o projeto foi conduzido, os Vereadores do PSD abstêm-se." -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que o contrato interadministrativo que se pretendia executar no ano dois mil e vinte e dois só foi submetido a aprovação deste órgão no dia vinte seis de dezembro ficando, desde logo, evidente que seria



37

impossível de concretizar; na altura, não foram respondidas as questões que colocaram, e reiteraram em requerimento, que também não obteve resposta; entretanto, foi solicitada e aprovada uma prorrogação, até final do primeiro semestre deste ano, que agora se pretende dilatar até ao final do ano, disponibilizando documentos que, de alguma forma, dão resposta a algumas dessas questões, mas não dissipam todas as dúvidas; continua a faltar o contrato de comodato referente à cedência do edifício e não é apresentada informação se estão cumpridas as formalidades em termos de execução financeira do contrato no presente ano económico, até porque não é verificável no orçamento em vigor. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que o que está em causa é aceitar ou não as justificações apresentadas pela Junta de Freguesia para fundamentar esta segunda prorrogação do prazo da execução financeira do contrato interadministrativo; as questões colocadas não relevam diretamente e podem ser objeto de requerimento, sendo certo que o contrato está previsto no orçamento do corrente ano, não há necessidade de novo cabimento e o contrato de comodato existe. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que é usual requererem as informações/documentos e os requerimentos não serem respondidos. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que pode haver dois ou três requerimentos que aguardem resposta; não se recorda deste em particular, mas vai verificar; percebe que queiram o maior número de informação possível para poderem votar, mas não consegue, na hora, dar resposta a tudo. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão frisou que o requerimento foi enviado no dia vinte e três de dezembro e os serviços acusaram a sua receção, o que poderá facilitar a sua localização. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pela Sra. Presidente, em junho e julho, e pela Sra. Vereadora Filipa Fernandes, no mês de junho, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 03 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, IP E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO ----

Foi presente, para conhecimento, protocolo de colaboração entre o Instituto da Habitação e da



38

Reabilitação Urbana, IP e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, celebrado a 23 de junho, tendo por objeto regular os termos da cooperação institucional na prossecução e desenvolvimento dos Projetos de Habitação a Custos Acessíveis para construção ou reabilitação, até cerca de 1.132 habitações destinadas a arrendamento no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento regulado pelo Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio, na sua redação atual.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a fraca qualidade de digitalização do documento que receberam torna de muito difícil leitura a tabela de investimentos para cada concelho e justificar-se-ia a sua substituição; do que foi possível ver, a primeira questão que ressalta prende-se com a exequibilidade/viabilidade e com os prazos, nomeadamente se existe uma expectativa concreta e fundamentada, baseada na realidade, de que se vai conseguir executar este investimento de vinte seis milhões de euros para duzentas e onze habitações no concelho; todos concordam que a habitação é uma das vulnerabilidades do concelho e que precisam de melhorar bastante nesta matéria, e é bom que estas intenções tenham concretização; estão fartos de intenções, seja para a habitação, seja para o rio Nabão, e seria de clarificar se há, e qual é, o plano para executar este investimento. Referiu que, por outro lado, setenta e cinco por cento do investimento está associado a construção nova, incluindo na Quinta do Contador, onde há referência à Finangest, mas não se indica a qualidade em que intervém, nem se percebe em que moldes funcionará, e o que está em causa em termos de investimento, financiamento e execução.-----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota que, neste momento, está a decorrer na Comunidade Intermunicipal, uma reunião técnica, com a participação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para começar a alinhar estas questões mais técnicas e burocráticas, estando o Município de Tomar ali representado pelos técnicos do Gabinete de Habitação, da Divisão Financeira e do Departamento de Obras Municipais; há mais municípios que têm este desafio de conseguir, dentro dos prazos estipulados, executar um volume muito grande de investimento; é um projeto ambicioso que tem desafios, em termos jurídicos e administrativos, e também ao nível da execução, atentas as dificuldades que atravessa o setor da construção; querem avançar o quanto antes para a execução física, mas ainda vai demorar até chegar a esse momento. Referiu que, na Estratégia Local de Habitação, e neste protocolo, se identifica a Quinta do Contador, ou a zona de Palhavã, porque existe um proprietário (Finangest) que tem licenciamento e, portanto, uma grande capacidade para poder vir a



39

executar; a ideia inicial seria o Município abrir um concurso de conceção/construção, mas, neste momento, está previsto que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana fique como proprietário dos fogos, avance com os projetos tipo e seja o dono da obra, modelo que poderá vir a ser adotado nas outras zonas identificadas. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão frisou que esse terreno em particular é o que levanta maior preocupação porque representa o grosso do investimento e das habitações a construir, ainda maior se vai ter um processo de aquisição logo ao início, que pode ser demorado. Questionou o que está previsto em termos de gestão dessas habitações que ficarão propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e do estabelecimento de eventuais protocolos com os municípios. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a necessidade de execução rápida, com prazos muito apertados, tem subjacente o estabelecimento de protocolos no âmbito das Comunidades Intermunicipais para os executores serem os municípios, mediante proposta do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e, se a questão da gestão dos imóveis se vier a colocar, a autarquia terá que decidir se quer gerir esse parque habitacional ou não. -----

N.º 04 – PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR) - PONTO DA SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO NO MÉDIO TEJO-----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à execução do Plano de Recuperação e Resiliência no Médio Tejo à data de 31 de maio de 2023.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a execução ainda está bastante baixa, existindo rúbricas com zero execução, como é o caso da questão do hidrogénio; de um total de dezasseis milhões aprovados para Tomar, estão executados cerca de dois milhões e setecentos mil euros, e gostaria de poder perceber a que é que isso se deve e se há expectativa de as coisas virem a ganhar outro movimento para concluir os valores aprovados. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que os dados se referem a despesa executada e paga a trinta e um de maio e, apesar das dificuldades sentidas pelos privados, pelas instituições e pelas autarquias, essencialmente porque há grandes componentes de obra, a execução é muito superior ao que está pago. Realçou que a questão do hidrogénio está muito interligada com as questões de Abrantes e do encerramento da Central.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que a Creche não tem indicação de aprovação ou referência a quaisquer valores.-----



40

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que, neste momento, a candidatura da Creche já está aprovada, no valor de cerca de duzentos mil euros, em obediência a valores padrão, os quais podem vir a ser aumentados; o financiamento da componente de Jardim de Infância poderá ir ao Portugal dois mil e trinta. Deu nota que vão ter cerca de dois milhões de euros para a ampliação do Centro de Saúde da Nabância cujo aviso específico se encontra aberto neste momento. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 05 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA – isenção de tarifas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques referente à informação n.º 5644/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a isenção das tarifas de estacionamento no PE1, nos dias 5 e 30 de maio, no valor total de 4,05€ (quatro euros e cinco cêntimos), nos termos do n.º 5 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos na cidade de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as referidas isenções, nos termos do n.º 6 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos na cidade de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Comissão da Festa dos Tabuleiros -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência de duas viaturas à Comissão da Festa dos Tabuleiros, para deslocação a Sintra, no dia 29 de junho, com o custo estimado de 212,00€ (duzentos e doze euros), nos termos das informações n.º 5762/2023 do Departamento de Obras Municipais e n.º 62/DME/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3982/PR/2023, de 28 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 07 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Asseiceira -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em honra de Nossa



41

Senhora do Conforto dos Aflitos, nos termos e fundamentos da informação n.º 3099/DAJA/2023.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3947/PR/2023, de 24 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Leonel José Oliveira Fernandes/AK-Aktive Kompanies, Lda-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao Instituto Politécnico de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 3211/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 978/DAJA/2023, de 30 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação de Melhoramentos Recreio e Cultura de Roda Pequena-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à Festa da Juventude em Roda Pequena, nos termos e fundamentos da informação n.º 3199/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 4012/PR/2023, de 3 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 10 – ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO E RECREIO INSTALADOS NO JARDIM DE INFÂNCIA RAUL LOPES-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação da doação dos equipamentos adquiridos em março pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância Raúl Lopes, identificados nas faturas n.ºs 79123/173 e 79123/174 da Sociedade Industrial de Cucujães, SA, para uso no referido estabelecimento de educação, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 950/2023 e 984/2023 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----


42

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aceitar a doação, nos termos propostos, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 11 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DE FRAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA DO ALECRIM, N.º 15– Rui Miguel Rodrigues Pires-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 10847/2023 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda da fração B do prédio sito na Rua do Alecrim, n.º 15, em Alvito, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 7027, que Rui Miguel Rodrigues Pires, pretende realizar pelo valor de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA:-----

N.º 12 – RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL SITO NA RUA MAJOR FERREIRA DO AMARAL, N.º 3-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de reconhecimento do direito de propriedade do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) sobre a parcela de terreno com a área de 564,76 m2, adquirida em 26 de setembro de 1956, para registo do prédio sito na rua Major Ferreira do Amaral, n.º 3, nos termos e fundamentos do parecer n.º 32/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou reconhecer o direito de propriedade do IASFA sobre a parcela que pretende levar a registo, no pressuposto que não seja retirada qualquer área à descrição n.º 5736 referente ao terreno para construção do Fórum Romano, prédio que, de acordo com o teor da certidão da Conservatória do Registo Predial, apresenta uma área de 1536,4m2, nos termos do parecer jurídico elaborado. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

**N.º 13 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Instituto Politécnico de Tomar--**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3234/DAJA/2023, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, nos dias 16 e 20 de julho, para transporte dos estudantes participantes na Academia de Verão do Instituto Politécnico de Tomar, com o custo estimado de 110,82€ (cento e dez euros e oitenta e dois cêntimos).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

Terminados os trabalhos, sendo dez horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---